



No Hospital Presidente Vargas, Gustavo, nos braços de sua mãe Gabriela dos Santos, faz o teste do pezinho com a técnica de laboratório Tamara Nepomuceno

UFRGS 85 anos

Uma longa história de pesquisas

Estudo desenvolvido em 1997 durante mestrado no PPG em Saúde da Criança e do Adolescente pela então aluna Liane Esteves Daudt, hoje professora do programa, mudou o teste do pezinho em todo o Brasil. O trabalho serviu para incluir no exame a análise de anemia falciforme, doença que pode levar os bebês à morte. Pesquisas como essa atestam a recente classificação da UFRGS entre as 200 melhores universidades em esfera mundial. A Universidade também foi pioneira em investigações sobre a genética dos povos indígenas, a glaciologia, a correlação entre microcefalia e zika vírus e o isolamento da molécula montanina, que pode ser usada para produção de anti-inflamatórios. Essas e outras pesquisas são retratadas em uma linha do tempo em caderno especial. **P5-7**

MEMÓRIA

Identidade e atuação

Em artigos, Maria Conceição Fontoura resgata os nomes de personalidades negras na UFRGS e Helgio Trindade alerta para os desafios da instituição na perspectiva de seu centenário. **P8e9**

PERFIL

Um segundo lar

Alfredo Gui Ferreira, primeiro mestre formado pelo Programa de Pós-graduação em Botânica, relembra sua extensa trajetória de docência e de pesquisa realizada na Universidade. **P11**



CIDADANIA

Participação popular perde espaço

Há 30 anos, Porto Alegre conquistava destaque internacional ao implantar o Orçamento Participativo, um dos mais reconhecidos mecanismos de engajamento popular no mundo. Menos de uma década depois, o governo do estado do Rio Grande do Sul estabeleceu a Consulta Popular. O cenário atual, entretanto, compromete esse legado. **P4**

MATERNIDADE

Relatos de mau atendimento

Em setembro deste ano, o Conselho Federal de Medicina emitiu um despacho que pode, segundo profissionais da saúde, comprometer a autonomia das parturientes. O documento afirma que a vontade da mulher pode caracterizar “abuso de direito” em relação ao feto, no caso de recusa terapêutica. O Ministério Público Federal solicitou que o órgão revogasse a cláusula do artigo 5º por “representar contrariedade à Ética Médica, ao Código Penal, à Constituição brasileira e às recomendações da OMS”. São muitos os relatos de mulheres que evidenciam o que tem sido classificado como violência obstétrica. Polêmica, a expressão traz à tona uma realidade problemática nas maternidades e que tensiona as relações. **P10**



INCLUSÃO

Leitura para todos

P3

Espaço da
Reitoria

Rui Vicente Oppermann
Reitor

85 anos de compromisso com o RS e o Brasil

A UFRGS completa 85 anos no dia 28 deste mês. Criada em 1934 como Universidade de Porto Alegre, foi transformada em Universidade do Estado do Rio Grande do Sul em 1947 e federalizada em 1950. Nascida da união entre as faculdades de Farmácia, Medicina e Odontologia, Direito, Agronomia e Veterinária e a Escola de Engenharia, ao longo de sua trajetória institucional novas Unidades Acadêmicas vieram se somar a esse grupo pioneiro até alcançarmos a marca das atuais 29 unidades. Tendo nos tornado uma Universidade com reconhecimento nacional e internacional – posicionada entre as melhores do país e da América Latina, de acordo com diferentes rankings avaliativos –, a UFRGS é hoje uma referência para a comunidade gaúcha, com a qual mantemos uma relação de compromisso com a justiça e o crescimento socialmente referenciado.

Novos desafios nos têm sido colocados neste século. Com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), nos expandimos tanto pela abertura de novos cursos quanto pelo aumento de vagas, além de estender formalmente nossa atuação ao Litoral Norte com a abertura do novo câmpus em 2014. Desde a instituição de cotas para ingresso no vestibular de 2008, a UFRGS vem promovendo o acesso, de acordo com o nível socioeconômico, de negros, indígenas e pessoas com deficiência, oriundas do ensino público. Também ampliamos e renovamos o quadro de

servidores técnicos em educação e de docentes, assim como incluímos serviços terceirizados, conforme as necessidades.

Ao longo desse percurso, a UFRGS passou por vários momentos críticos: a transformação de sua estrutura acadêmica e administrativa pela reforma de 1968 que, entre outras mudanças, instituiu a estrutura departamental no lugar do sistema de cátedras; o arrocho salarial e o sucateamento da infraestrutura, na década de 90, e o limite imposto à expansão orçamentária determinado pela Emenda Constitucional 95, aprovada em dezembro de 2016. Neste ano, a proposta do atual governo de um programa que destoa da realidade e das necessidades das universidades federais provocou o debate na comunidade acadêmica. Queremos a autonomia, que nos é assegurada pela Constituição, para que possamos decidir nosso futuro por nós mesmos. Queremos um orçamento público que garanta a expansão do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como a gestão autônoma dos recursos próprios. Queremos a defesa da carreira para técnicos em educação e docentes. Queremos uma lei para a assistência estudantil. Queremos a manutenção do financiamento independente para a pesquisa e a pós-graduação.

Inegociável é nosso ato de resistência pela defesa da educação pública em toda a América Latina. Em consonância com esse propósito, participamos da III Conferência Regional de Educação Superior

na América Latina e no Caribe (CRES 2018), a qual reafirmou o sentido da educação como um bem público e uma responsabilidade social dos Estados. O encontro serviu para reforçar o papel das instituições de ensino superior como protagonistas na defesa da democracia e dos direitos humanos e no combate ao autoritarismo e à desigualdade social.

Entendendo a importância em dar sequência às discussões sobre esses temas, em nível nacional, a UFRGS sediou, em novembro, reunião do Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados sobre Educação Superior, criado por meio de nomeação do presidente Rodrigo Maia (DEM/RJ). Dentre os principais objetivos do grupo estão: levantar dados, identificar dificuldades e sugerir soluções para os problemas a fim de subsidiar parlamentares na proposta de leis para o aprimoramento do ensino superior público e privado do Brasil.

Assim, alinhada às exigências de seu tempo, a UFRGS se faz presente e caminha para a construção do futuro. Por acreditarmos que universidades federais são estratégicas para o desenvolvimento sustentável do país, seguiremos promovendo a ciência, a tecnologia e a inovação. Nossa comunidade é a principal garantia desse compromisso. É para ela que apresentamos esta edição especial do Jornal da Universidade, que traz matérias que expressam seu respeito ao passado e sua capacidade de renovação permanente. Parabéns, UFRGS, por seus 85 anos!



NOVEMBRO
NEGAO
na
UFRGS

ACESSE A PROGRAMAÇÃO EM ufrgs.br/novembronegro



Carta aos leitores

Para a UFRGS, novembro é sempre um mês emblemático pela comemoração e pela reflexão que promove. Na ocasião de seu aniversário, é inevitável – e, sem dúvida, desejável – fazer um balanço de quais têm sido os feitos da instituição. Mais relevante ainda se torna esse movimento quando de uma data como os 85 anos comemorados agora e num momento de contestação do papel das instituições federais de ensino superior pelo governo e mesmo pela opinião pública.

Num cenário como o deste 2019, que nos colocou em alerta tantas vezes por conta de ameaças de estrangulamento orçamentário, entendemos que seria relevante mapear algumas das principais iniciativas científicas surgidas na UFRGS que tiveram impacto social profundo e significativo. Assim, estaria implícita tanto no processo de reportagem quanto no que dela resultasse como material jornalístico uma questão de fundo: qual, afinal, é o papel de uma universidade pública no Brasil? Muito perceptíveis são os papéis do ensino – e este, sem dúvida é fundante e fundamental do sistema universitário no país – e da extensão – muitas vezes percebida de modo restritivo como oferta de serviços, mas ainda assim mais fácil de se aferir. Mas e a produção de conhecimento? De onde viria o conhecimento para que os ideais de

ensino e de relação com a comunidade se concretizassem?

E mais: de onde poderia vir o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil se não da pesquisa desenvolvida em suas universidades públicas? Aveia, teste do pezinho, buracos negros e outros elementos mais ou menos presentes na nossa vida cotidiana atestam que a incidência do que se produz dentro da UFRGS vai transformar nossos modos de existir neste mundo. A posição da Universidade em diversos rankings de desempenho é uma posição de referência que se objetiva em projetos e resultados que nesta edição apresentamos em forma de linha do tempo.

Para complementar essa autoanálise, o professor Hélgio Trindade, cientista político e ex-reitor da UFRGS, faz uma recapitulação da história da instituição e de como as mudanças foram se dando diante dos contextos históricos. A partir disso, ele aponta o que seriam nossos desafios – como UFRGS que todos somos – para 2034, ano do centenário que já nem parece estar tão distante. O depoimento de Alfredo Gui Ferreira, na seção Perfil, nos oferece um outro lado dessa história: a sua face mais humana e mais viva.

Ainda nesse sentido de análise histórica, Maria Conceição Lopes Fontoura, servidora do corpo técnico-administrativo da Universidade, recupera a contribuição de intelectuais

negros nos 85 anos da UFRGS: gradativamente têm ocupado espaços novos no ambiente acadêmico não só como estudantes, a partir da política de cotas, como também na pesquisa, na docência e em outras atividades intelectualizadas da instituição.

Também uma matéria sobre o projeto LEIA aponta para questões de inclusão e de aprofundamento da diversidade e da representatividade. A iniciativa busca oferecer alternativas a pessoas com deficiência e promover inclusão social.

Completam o conjunto de matérias uma análise do legado de iniciativas de participação popular – notadamente o Orçamento Participativo, do qual Porto Alegre foi pioneira – e um debate sobre o quanto a posição social das mulheres é fragilizada em muitas dimensões – neste caso especificamente a obstetrícia.

Esta é uma edição que circula por dois meses – novembro e dezembro. O que nos leva a excepcionalmente mudar a periodicidade do JU nesta ocasião é a necessidade de trabalharmos mais intensivamente na sedimentação de ações que já iniciamos neste ano e também na concretização de projetos ainda por iniciar. Em breve, o JU será completamente novo, mais moderno e mais presente.

Boa leitura!



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farrupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora Jane Fraga Tutiklian
Chefe de Gabinete João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social André
Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de
Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial Alan Alves-Brito, Alex Niche Teixeira, André Iribure Rodrigues, Angela Terezinha de Souza Wyse, Aragon Érico Dasso Júnior, Everton Cardoso, Fernanda Souza de Baires, Fernando Seffner, Marcos Vesolosquzi Kaingang, Mariana Baierle Soares e Rommulo Vieira Conceição e Thais Furtado
Editor-chefe Everton Cardoso
Editora-executiva Jacira Cabral da Silveira
Editor-assistente Felipe Ewald
Repórteres Felipe Ewald e Fernanda da Costa
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira
Diagramação Carolina Konrath
Fotografia Flávio Dutra, Gustavo Diehl e Rochele Zandavalli
Revisão Antônio Falcetta
Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Emerson Trindade Acosta, Júlia Provenzi, Karoline Costa e Natalia Henkin
Estagiários Mélani Ruppenthal
Circulação Douglas de Lima
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 7 000 exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.



jornaldufrgs.br/jornal



Educação mais inclusiva

Acessibilidade Docentes da UFRGS e do IFRS se unem para universalizar a leitura, contemplando alunos com diferentes necessidades

Quando Alessandra Maria Cantoni tinha cinco anos, sua professora da pré-escola percebeu que ela precisava se aproximar para conseguir ler o quadro. Recomendou aos pais da estudante uma consulta ao oftalmologista, que atestou: de fato, a menina tinha miopia, que foi crescendo junto com ela. Aos seis anos era de grau 2, aos oito de grau 10 e chegou aos 24 anos com 17 graus em cada olho. Nessa época, tal condição resultou no descolamento de retina, causando a perda da visão de um dos olhos, o que redundou em cegueira completa sete anos depois.

“Dizem que o chamado luto pela cegueira dura cinco anos, e foi mais ou menos o tempo que eu levei para começar a pensar no que faria da vida depois que fiquei cega.” Em 2008, ingressou no curso técnico em Biblioteconomia, na então Escola Técnica da UFRGS, que posteriormente foi incorporada ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Adaptando-se a uma nova perspectiva de vida e estudos, Alessandra conheceu as professoras Lizandra Estabel, do IFRS, e Eliane Moro, da UFRGS, que, ao se dedicarem ao estudo e à inovação da leitura inclusiva, criaram o grupo LEIA (Leitura, Informação e Acessibilidade).

Alessandra as reconhece como determinantes para a guinada que ocorreu em sua vida. “Fui aluna da professora Lizandra, e ela nos trazia para o auditório da Fabico [Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS] para assistirmos a palestras da graduação. E elas são um divisor de águas na minha vida, porque sempre trabalhei em bibliotecas, mas uma coisa é trabalhar com todas as condições físicas e outra é ter que fazer as mesmas atividades sem ver. Quando surgiu uma vaga para PcD (Pessoa com Deficiência) em um colégio, eu não me sentia preparada, achei que não conseguiria trabalhar sozinha. Mas elas me deram força, e fiquei quatro anos estagiando lá”, conta.

Com o tempo, adaptou-se à condição e conseguiu enfrentar desafios ainda maiores. Hoje é servidora pública na FASE (Fundação de Atendimento Sócio-educativo

do RS), onde, além da deficiência visual, precisou vencer o preconceito. “O quadro de funcionários não me aceitou muito bem quando cheguei. Só faltavam dizer: ‘O que essa louca quer aqui? Por que o Ministério Público mandou uma cega pra cá?’”, lamenta. Mesmo assim trabalha com os internos, nenhum deles com deficiência, desde 2014, ministrando uma oficina de leitura.

Extensão – As ações do LEIA frequentemente conciliam o trabalho da leitura inclusiva com a melhora da autoestima dos alunos. Um dos projetos de pesquisa do grupo, por exemplo, leva estudantes para a Casa Lar do Idoso Cego, onde eles desenvolvem atividades de contação de histórias e de música, além de fazer companhia aos residentes. “A pesquisa sobre essa proposta deu origem ao *Criarte*, um projeto de extensão em que os estudantes de Biblioteconomia estimulam, por meio dessas contações de histórias, as memórias e narrativas pessoais dos idosos. Depois, os relatos serão transcritos e levados a crianças de uma creche para que elas façam ilustrações táteis a partir dos textos, usando material reciclável. Posteriormente, essas ilustrações serão entregues aos idosos”, conta a professora Eliane. A iniciativa aborda, além da questão visual, a inclusão dos idosos, já que “temos uma população cada vez mais envelhecida, e muitos dos idosos em nossa sociedade são solitários”, comenta a professora. O trabalho será apresentado em novembro, em um congresso sobre universidades públicas no Chile.

Em outra iniciativa, o projeto *Cor@gem* (‘cor’ de ‘coração’ e ‘agem’ do verbo ‘agir’) estimula adolescentes portadores de fibrose cística a desenvolverem um jogo virtual com ganho duplo: enquanto praticam as habilidades sociais, algo que fica prejudicado, pois muito cedo são aliados dos espaços de

convívio, como a escola, também ganham em valorização da própria identidade, como atesta a professora Lizandra. “Tivemos a ideia de convidá-los a criar o roteiro de um jogo de RPG [role playing game] como forma de incentivar a leitura. E observamos que eles incluíram, espontaneamente, personagens que possuem fibrose cística. A partir dessa mediação, notamos uma mudança no comportamento, porque antes eles não queriam ser vistos nessa condição de pacientes em um hospital. Depois, passaram até a postar fotos em redes sociais estando internados”, relata. O reflexo se dá em vários aspectos, melhorando a qualidade de vida, a socialização e também a resposta física e a aceitação do tratamento.

“...muitas vezes, quando o estudante chega ao ambiente, a Universidade e o professor não estão prontos para recebê-lo...”

Eliane Moro

Inclusão – A procura pelos encontros de leitura inclusiva promovidos pelo LEIA, que teve a quarta edição no início de outubro e foi um dos oito premiados do 20.º Salão de Extensão, é um dos indicadores da importância do tema, como aponta a professora Lizandra: “Nesta edição tivemos 180 inscritos nos dois primeiros dias, sendo

que a capacidade do auditório é de 150 pessoas”, comemora. Eliane complementa: “A demanda sempre existe, muitas vezes a Universidade vai atrás para atender o aluno com necessidade especial depois que ele chega, e aí pode ser tarde demais. Na verdade, tem que se adequar antes para estar preparada quando for necessário. Na UFRGS temos o INCLUIR (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade), que é nosso parceiro, mas acho que a Universidade nunca está pronta da forma como deveria. Então, muitas vezes, quando o estudante chega ao ambiente, a Universidade e o professor não estão prontos para recebê-lo, e isso é um trabalho de alteridade, de, por exemplo, o professor reavaliar seu processo pedagógico e conseguir dar uma aula inclusiva”.

A repercussão do trabalho, nos seus diversos âmbitos – extensão, pesquisa, ensino e inovação –, pode ser uma ferramenta importante para chamar a atenção da sociedade no sentido de valorizar não apenas a leitura inclusiva, como a própria leitura, atesta Eliane. “Temos, em âmbito estadual, por exemplo, uma legislação que prevê que toda escola deve ter uma biblioteca, e o acervo deve ser de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado. Mas, além de não haver acervo, algumas fecham as portas, ou o atendimento é precário. A lei diz que até 2020 essa obrigação deve estar implementada, e os governantes se apoiam nesse viés de que ‘até 2020’, mas não precisa ser ‘em’ 2020, o ideal seria que já tivéssemos cumprido essa lei. Me preocupo muito ao ver que o foco maior das políticas públicas hoje é a construção de presídios e o desmantelamento de escolas. Pra onde a gente vai assim?”, lamenta.

Emerson Trindade,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Roberta Nunes participa do 4.º Encontro de Leitura Inclusiva promovido pelo grupo LEIA na UFRGS



UFRGS TV

CONHECENDO A UFRGS

Sobre as armas

É direito do indivíduo portar uma arma de fogo para sua defesa pessoal? Afinal, o Estado nem sempre é capaz de combater os altos índices de criminalidade. Ou seria melhor a proibição generalizada? Pois quanto maior a circulação, maior a chance de as armas caírem em mãos erradas. Controle do Estado ou autonomia do indivíduo, o que é mais importante? A questão não é tão simples. Para além das polarizações que surgem nesse debate, existem mais nuances do que se supõe. Há em diversos grupos da sociedade uma preocupação séria com a segurança pública, cada um com uma perspectiva diferente.

Com o objetivo de contribuir para essa discussão, a UFRGS TV foi em busca de pesquisadores e representantes de diferentes esferas da sociedade que pensam e discutem a segurança pública, entre os quais alguns têm contato direto com armas de fogo. Daí surgiu o programa Multiponto - Armas e Segurança, que abordará as regulamentações no Brasil, como o Estatuto do Desarmamento e os decretos sancionados este ano, além de questões muito maiores que envolvem a segurança – como o papel do Estado e o fetiche pelas armas, por exemplo.

Na avaliação do policial civil do Rio Grande do Sul Leonel Radde, “a proliferação de pessoas portando armas seria a proliferação também de furtos, de perdas, e entraria na mão da criminalidade com mais facilidade do que a gente já tem”. Para o grupo Armas pela Vida, é direito do ‘cidadão de bem’ se armar para se proteger da mesma criminalidade. Independentemente das opiniões e percepções sobre o uso de armas, constata-se a importância de se ampliar o debate sobre a segurança pública que temos e aquela que almejamos ter.

Vinicius Rodrigues Dutra,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa

O programa Multiponto - Armas e Segurança vai ao ar no dia 22 de novembro, às 23h, na UNITV, canal 15 da NET Poa, e também pode ser assistido ao vivo: unitv.tv.br



FLÁVIO DUTRA/JU



Assembleia Temática sobre Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana, do Orçamento Participativo de Porto Alegre, realizada no dia 8 de outubro, na casa do Gaúcho, no Parque da Harmonia

Quem está decidindo?

Democracia participativa Escolhas políticas estão entre os fatores que têm levado ao esvaziamento das esferas de participação popular

Há exatos 30 anos, em 1989, nascia na cidade de Porto Alegre aquele que viria a ser um dos mais reconhecidos mecanismos de participação popular no mundo: o Orçamento Participativo (OP). Menos de uma década depois, em 1998, o governo do estado do Rio Grande do Sul estabeleceu, por meio da Lei n.º 11.179, a Consulta Popular (CP). Ainda que com algumas diferenças consideráveis, ambos mecanismos possuíam um objetivo maior: dar mais poder aos cidadãos para que fizessem parte da tomada de decisões a respeito do que deveria ser prioridade orçamentária das gestões.

Hoje, a realidade desse cenário é pouco animadora: segundo dados da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica do Estado (SGGE), pouco mais de 2% da população gaúcha, 253.832 pessoas, participaram da votação online da CP, última

etapa do processo de consulta. O sociólogo e professor da Universidade de Nova York Gianpaolo Baiocchi, que esteve recentemente na UFRGS para o *IV Encontro Internacional sobre Participação, Democracia e Políticas Públicas*, destaca o quanto esse número é pequeno, especialmente para um processo digital, que em geral tem maior alcance. “Às vezes, processos participativos diretos não digitais têm percentuais assim, então 2% é baixo. Me preocupa também que, às vezes, a qualidade da participação digital seja baixa. Você entra no site e clica, sem discussão, sem uma participação prévia. Você agrega números sem a qualidade da discussão”, alerta.

Para o economista Adalmir Marquetti, professor do Programa de Pós-graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), a baixa participação pode estar relacionada à significativa redução do orçamento destinado à CP neste ano: o valor definido pelo governo estadual foi reduzido em 75% com relação ao ano de 2018, passando de R\$ 80 milhões para R\$ 20 milhões. “A população vai participar mais se tiver mais recurso, isso é normal. Se as pessoas sentem que suas decisões de fato vão ser cumpridas, elas participam mais. Mas se elas sentem que os recursos são poucos, que a obra não vai sair, respondem não participando”, comenta o docente.

De acordo com a SGGE, a redução do valor se deu por dois motivos: a situação financeira do estado e a opção da atual gestão

por manter na CP apenas o tema do Desenvolvimento Regional, retirando as áreas de Saúde, Educação e Segurança – o novo valor foi definido com base na média do investimento feito nos últimos anos na área priorizada. Ainda que reconheça a crise fiscal, Adalmir ressalta que há também uma questão de escolha política. “A população, se não pode escolher a obra que vai ser feita, que pelo menos possa escolher em quais áreas vão ser gastos os recursos. A prioridade é da população, não do governo. Se ele coloca mais recursos na CP, está abrindo mão de fazer determinadas escolhas. “É uma questão de disputa de poder político. Mas, ao reduzir os recursos, ele já está previamente tomando essa decisão, o que mostra em parte que o governo não está disposto a ceder em suas decisões”, analisa.

Porto Alegre – No âmbito municipal, a situação também é bastante delicada. Para o pai de santo Carlos Paixão, conselheiro da região norte do OP, a participação popular tem diminuído pela falta de resultados. “A verdade é que nós estamos agonizando. Há oito anos, quando eu entrei, tínhamos uma média de mil pessoas em cada grande plenária. Hoje, não passamos de 300”, desabafa. Seu lamento não é infundado: dados do Observatório da Cidade de Porto Alegre revelam que em 2018 apenas 6.709 pessoas participaram das assembleias do OP — número mais baixo desde 1992. Em comparação a 2015, ano em que a participação atingiu seu ápice, com 20.661 pes-

soas cadastradas nas assembleias temáticas e regionais, houve uma queda de 67,5%.

Segundo o professor Adalmir, isso pode ter relação com um fato que marcou o ano de 2017: pela primeira vez em 27 anos, a rodada de assembleias do OP não aconteceu. Desde 1990, todo ano é cumprido o chamado “ciclo do OP”, que envolve reuniões entre representantes do governo e das comunidades para a prestação de contas e a discussão de demandas e investimentos, além de assembleias regionais e temáticas, nas quais a população elege as prioridades do ano seguinte. O diretor de Participação Cidadã da Prefeitura de Porto Alegre, Giovane Byl, afirma que essa decisão foi tomada junto ao Conselho do OP, que reúne os 92 conselheiros regionais e temáticos, após um estudo feito pelo governo diagnosticar 2.369 demandas atrasadas, acumuladas desde a década de 1990. Em lugar de absorver novas demandas, a gestão optou por reavaliar as já existentes, cancelando 672 e se comprometendo a executar 101. Carlos contesta: “Pra mim, foi ditadura pura. Alguém determinou que não iriam ter as plenárias, e não tiveram. Deram uma polida na situação, dizendo que houve reuniões que discutiram com a comunidade, mas a história não é bem essa. As conversas foram poucas e com pessoas direcionadas. A grande comunidade não foi escutada”.

Outra possível explicação é o descrédito da população frente ao processo. Carlos, que começou a participar do OP em 2011 no intuito de conseguir um novo posto

de saúde para a sua comunidade, conta que já faz 20 anos que nenhuma obra grande é feita no local: “Nós precisamos de escolas, postos de saúde, asfalto, esse tipo de coisa. São problemas pontuais e antigos. Ainda temos ruas com esgoto misto, e eles não fazem nada pra modificar isso. Obras temporárias, remendos, isso acontece; mas obras efetivas, não”.

No outro extremo da cidade, no bairro Cristal, as queixas são similares. “Os secretários vêm, ouvem, anotam, fazem aqueles discursos belíssimos, mas não se conclui nada. Tem esgoto a céu aberto, nunca vieram arrumar. Quer dizer, as demandas se repetem porque não há soluções”, relata Adriana Corrêa, da Associação de Moradores Força Maior da Pedreira e delegada da região pelo OP. “A gente dá a cara a tapa a secretário que bota o dedo na cara da gente e diz que o que a gente tá falando é mentira, que o Cristal é uma maravilha. É uma maravilha na área nobre, o lado de cá eles não veem”, relata com indignação.

Ainda assim, Adriana e Carlos não pretendem desistir, pois acreditam que o OP segue sendo a saída mais viável para resolver os problemas de suas comunidades. “Nós estamos sobrevivendo por honra à bandeira dos 30 anos do OP, por honra àquilo em que ainda acreditamos. Eu ainda tenho esperança. Se não tivesse, já teria largado”, conclui Carlos.

Natalia Henkin,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Pesquisas de impacto

Programa de Melhoramento Genético da Aveia da UFRGS, criado em 1974, é responsável por grande parte dos cultivares de aveia no Brasil

Fernanda da Costa

No momento em que comemora 85 anos, a UFRGS é uma das quatro instituições brasileiras que integram o ranking das 200 melhores universidades do mundo publicado neste ano pelo Centro de Estudos em Ciência e Tecnologia da Universidade de Leiden, Holanda. Motivos para o destaque internacional são o volume e a relevância das pesquisas produzidas, muitas delas, como as que integram a linha do tempo das páginas seguintes, representaram descobertas que contribuíram para o progresso da ciência em nível mundial e impactaram a economia brasileira.

Conforme a Pró-reitoria de Pesquisa (Propesq), cerca de 10% da produção científica mais bem ranqueada do país nasce na instituição. “Assim como as maiores universidades do mundo, a UFRGS não se limita a transmitir conhecimento, ela forma conhecimento. A qualidade das nossas pesquisas tem relação com os nossos professores, que são muito qualificados. Dos cerca de 3 mil docentes, aproximadamente 700 são bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), uma métrica de qualidade”, afirma o pró-reitor de Pesquisa, Rafael Roesler.

Outro indicador que tem relação tanto com o volume como com a relevância das pesquisas produzidas na Universidade é o número de patentes registradas pela instituição. De acordo com o pró-reitor, a Universidade é a oitava maior produtora de patentes do país. “Segundo o INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), das dez instituições brasileiras que mais fazem patente, incluindo públicas e privadas, como empresas, nove são universidades e oito são universidades públicas, incluindo a UFRGS. Só tem uma empresa na lista”, completa Roesler.

O índice do INPI também reforça o papel das universidades

públicas na criação de novos produtos e tecnologias, embora as federais estejam sofrendo cortes orçamentários e nas bolsas de pesquisa. Segundo o pró-reitor, as instituições de ensino públicas são essenciais para as fases iniciais de pesquisa, nas quais nasce a inovação. “Trabalhamos com uma procura mais livre do conhecimento, por isso fazemos descobertas. Pesquisamos o novo sem ter certeza de para onde vai nos levar aquela inovação, algo que as empresas não podem fazer pelo alto risco econômico”, explica Roesler.

Dentre os atuais 82 programas de pós-graduação da UFRGS, 46% são considerados de excelência pela Coordenação

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Entre eles está o Programa de Pós-graduação em Computação (PPGC), que tem maior número de bolsas da Capes na UFRGS, além de ser o terceiro maior PPG do país na área. Com mais de 130 prêmios nacionais e internacionais, o programa também se destaca pelas empresas formadas pelos egressos. “A Computação tem uma incubadora fantástica e vários egressos acabam formando startups. É muito importante enxergar esse lado da pesquisa, o quanto a gente está conseguindo transformar isso em projetos concretos”, completa o pró-reitor de Pesquisa.



De óculos, ao centro da foto, pesquisador Antonio Rodrigues Cordeiro

Avanços nos estudos genéticos no país

Precursores dos estudos genéticos no Brasil, Antonio Rodrigues Cordeiro e Francisco Mauro Salzano (1928-2018) começaram a pesquisar entre o final da década de 40 e o início da década de 50. Em 1953, Cordeiro participou da Semana Universitária Gaúcha de Debates Biológicos com estudos sobre o crescimento “in vitro” de raízes de feijão. “Foi desse tempo minha intensa admiração e mesmo fascínio pela cultura de tecidos vegetais”, relatou o pesquisador em uma carta que escreveu em 1989, quando o Departamento de Genética da UFRGS, que fundou com Salzano, completou 40 anos.

Enquanto Cordeiro fez carreira acadêmica com estudos sobre plantas, Salzano ganhou notoriedade mundial com pesquisas com humanos, principalmente povos indígenas. Em 1957, publicou um artigo sobre os grupos sanguíneos dos índios sul-americanos, considerado um marco na história da genética. Reconhecido com inúmeros prêmios nacionais e internacionais, o pesquisador morreu no ano passado, deixando mais de 500 artigos e 18 livros.

Anos 1940/50



Aveia desenvolvida pela UFRGS é cultivada em vários estados brasileiros

Autossuficiência nacional na produção de aveia

Em 1974, quando a UFRGS criou o Programa de Melhoramento Genético da Aveia, quase ninguém estudava o cereal no Brasil, sendo as atenções nas safras de inverno voltadas para o trigo. Com resultados surpreendentes, os estudos genéticos da aveia serviram para a produção, em 1982, do primeiro cultivar do cereal, que era mais adaptável ao clima e ao solo gaúcho.

À medida que as pesquisas genéticas avançavam, outros cultivares eram lançados, ainda mais adaptáveis, contribuindo para o aumento da área plantada no país.

Segundo o professor do Programa de Pós-graduação em Fitotecnia e atual coordenador do Programa de Melhoramento Genético da Aveia, Luiz Carlos Federizzi, antes dos cultivares da UFRGS, o país tinha menos de 30 mil hectares cultivados com o cereal. Hoje, já são 350 mil hectares destinados à aveia, o que fez o país parar de importar o produto.

O desenvolvimento desses cultivares refletiu também na aquisição de aveia brasileira por empresas que antes não compravam o cereal plantado no país, alegando falta de qualidade. “Destruímos o mito de que a aveia nacional não era boa, o que motivou também a criação de várias empresas pequenas de processamento do produto e diminuiu o preço ao consumidor final”, destaca o pesquisador.

Anos 1970

Anos 1960

Pioneirismo na psicologia educacional

Envolvida com a fundação da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul, em 1959, a professora aposentada e ex-diretora da Faculdade de Educação Juracy Cunegatto Marques foi uma das vozes pioneiras nos estudos da psicologia educacional no estado, influenciada por Graciema Pacheco (1910-1999). Juracy ingressou como professora de Psicologia na Faculdade de Filosofia da Universidade em 1960, onde colaborou com a professora Graciema Pacheco em aulas de didática, baseadas nas teorias da Psicologia da Educação. “Eu fui muito ligada a ela”, conta a ex-diretora, hoje com 88 anos.

Juracy teve o primeiro livro publicado pela gráfica da UFRGS, à época Universidade do Rio Grande do Sul, em 1962, chamado *Dinâmica do Ensinar e do Aprender*. Em 1972, Juracy ajudou a fundar o Programa de Pós-graduação em Educação, que teve grande ligação com a psicologia por causa da sua influência.



Livro publicado em 1962 pela ex-diretora da Faculdade de Educação Juracy Marques

Anos 1980

Computadores mais baratos

Apesar de não ter sido feita na UFRGS, a pesquisa de 1988 que descobriu o alinhamento magnético das camadas nanométricas de amostras de elemento não magnético. A descoberta fez a equipe trabalhar em um artigo, hoje com pelo menos 5.450 citações em revistas de ciência, que se falou pela primeira vez em magnetorresistência gigante, discos rígidos com maior capacidade de armazenamento e, consequentemente, computadores mais baratos. “Qualquer disco rígido com capacidade maior”, completa Baibich.

O conceito descoberto surgiu depois que estudos de magnetorresistência elétrica como resultado da aplicação de um campo magnético – alinhamento magnético das camadas nanométricas de amostras de elemento não magnético. A descoberta fez a equipe trabalhar em um artigo, hoje com pelo menos 5.450 citações em revistas de ciência, que se falou pela primeira vez em magnetorresistência gigante, discos rígidos com maior capacidade de armazenamento e, consequentemente, computadores mais baratos. “Qualquer disco rígido com capacidade maior”, completa Baibich.

Começo da glaciologia no Brasil

Enviado para ser o primeiro glaciólogo brasileiro, em 1984, o professor da Universidade e, um ano depois, criou o Laboratório de Glaciologia (Lapag) da instituição. Em 1999, publicou a primeira pesquisa de gelo da Antártica. Em 2004, o professor foi o primeiro brasileiro a atravessar o polo sul geográfico. Em 2008, a UFRGS passou a ser sede do Instituto de Pesquisas em Ciências Atmosféricas, passando a ser Centro Polar e Climático. “Por causa da minha atuação, a UFRGS se tornou o primeiro instituto brasileiro a ser presidente do Comitê Científico de Pesquisas Antárticas do Conselho Internacional de Ciências Polar”, destaca o professor.



Professor Jefferson Cardia Simões foi o primeiro brasileiro a atravessar a Antártica



Descoberta da gravidade

Em 1993, a professora de Física descobriu, em observações de um Buraco Negro, que a velocidade de escape nesse estudo observada era de gás num disco. “Eu esperava velocidade de escape. No entanto, a velocidade de escape era baixa”, afirma Thaisa, indicava um buraco negro.

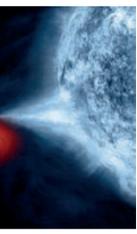
O estudo mostrou que o gás original do gás em um buraco negro recebeu prêmios internacionais.

Inclusão de anemias

Iniciada em 1997, a pesquisa de Liane Esteves Dauvin, professora de Medicina e do Departamento de Física, mostrou que a anemia falciforme em todo o Brasil. A pesquisa mostrou que a anemia falciforme na população negra brasileira que nasciam no Hemisfério Sul, a necessidade de testes genéticos tivemos o resultado dessa busca em todo o Brasil.

Por causa desse resultado, a anemia falciforme no teste genético da Saúde publicou o primeiro teste genético.

Anos 1990



Estudo sobre buracos negros representou um marco na história da astrofísica

Captura de matéria por um Buraco Negro Supermassivo

Uma professora de Física Thaisa Bergmann publicou um artigo que representou um marco na história da astrofísica. Ao estudar a região central de galáxias do Universo, observações que iniciaram em 1991, a luz emitida por gás capturado por um buraco negro supermassivo (milhões a bilhões de sóis). A pesquisadora conta que observou variações da luz emitida, que indicava um movimento de rotação. “Eu imaginava que haveria gases nas galáxias que emitem radiação, mas descobri que a velocidade verificada foi de 10 mil quilômetros por segundo, o que, segundo os cálculos, indica um campo gravitacional muito intenso.

Como essa velocidade incomum, vinda do centro da galáxia, só poderia ser alcançada em uma órbita de um buraco negro. A descoberta lhe rendeu o Prêmio Nobel de Física em 2019.

Anemia falciforme no teste do pezinho

Uma pesquisa da professora do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, Dra. Fernanda da Costa, à época aluna de mestrado do PPG, mudou o teste do pezinho. A pesquisadora provou que era preciso incluir o exame para detectar a anemia falciforme, doença que pode levar os bebês à morte. Com maior incidência em populações de ascendência africana, a anemia falciforme começou a ser testada em todos os bebês nascidos em hospitais de Clínicas. “Antes da pesquisa, se acreditava que não havia anemia falciforme em estados em que a maioria da população era branca, mas descobrimos que há uma alteração genética para cada 70 nascimentos, o que justificava a presença da doença em bebês”, afirma a pesquisadora.

Como resultado, o Rio Grande do Sul passou a incluir a análise de anemia falciforme no teste do pezinho entre 1999 e 2000. Um ano depois, em 2001, o Ministério da Saúde publicou uma portaria determinando a inclusão em todo o país.



Mosquito Aedes aegypti é o transmissor do zika vírus, uma das causas da microcefalia

Pesquisa comprova que o zika é a causa da microcefalia

Investigação coordenada pela professora do Departamento de Genética Lavínia Schüler-Faccini com bebês de Pernambuco, Ceará e Sergipe foi a primeira no país a verificar que o zika vírus, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, era causador da microcefalia, malformação congênita em que o cérebro não se desenvolve de maneira adequada.

Publicada em 2016, a pesquisa já possui mais de 500 citações. “Existia um debate sobre o zika, a água ou a vacina como possíveis causadores da microcefalia. Na pesquisa, identificamos um padrão de destruição do sistema nervoso central que só poderia ser o zika, explica Lavínia.

Metodologia de precificação pode mudar política de portos no país

Encomendada pelo governo federal em 2010, uma pesquisa coordenada pelos professores de Engenharia de Produção Luiz Afonso Senna e Francisco José Kliemann Neto pode mudar toda a política portuária do país. A motivação do estudo foi a cobrança acima do mercado internacional pelo serviço de praticagem nos portos brasileiros, quando o profissional chamado de prático leva o navio do local de espera até o porto.

Kliemann explica que, para exercer essa função, é preciso realizar um concurso público com vagas limitadas. Assim, esses profissionais acabam sendo os únicos que podem fazer a movimentação de entrada e saída dos navios dos portos. Como têm de abrir empresas privadas para realizar o serviço, “não existe uma regulação, e eles podem estabelecer o preço que quiserem. E aí começou a dar problema, porque o valor no Brasil chegava a ser o triplo do cobrado em outros países com portos semelhantes”, explica o professor. Depois de um levantamento sobre a atividade em todo o mundo, os pesquisadores estabeleceram uma metodologia para a formatação de um teto de preços para a praticagem, o que deve deixar o país mais competitivo.

Anos 2010

Anos 2000

Primeira patente licenciada feita 100% pela UFRGS/HCPA

Iniciado em 2004, o estudo da molécula montanina, extraída de plantas, resultou na primeira patente licenciada desenvolvida 100% pela UFRGS e Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). A pesquisa mostrou que a molécula pode ser usada para o tratamento de doenças como artrite e artrose, por sua ação anti-inflamatória.

Especialista em Farmacognosia, ciência que investiga substâncias medicinais, o professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas José Angelo Silveira Zuanazzi foi o responsável por isolar a molécula. Já o professor Ricardo Xavier e a pesquisadora Patrícia de Oliveira, da Faculdade de Medicina, coordenaram os ensaios de atividade farmacológica da molécula, seu uso na saúde.

A patente da molécula, registrada com auxílio da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (Sedetec) da UFRGS e do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia do HCPA, foi licenciada pela empresa Biozeus em contrato assinado em 2015. Conforme a analista de projetos de desenvolvimento de medicamentos da companhia Gabriela Westerlund Peixoto Neves, a montanina está em fase de desenvolvimento pré-clínica, que antecede a fase de testes em humanos.

Respostas para o mistério da construção de Machu Picchu

Explicar como Machu Picchu foi construída em uma estreita crista elevada dos Andes foi a motivação da tese de doutorado do professor do Instituto de Geociências Rualdo Menegat concluída em 2006. O estudo indica que o local foi escolhido porque o cruzamento de falhas geológicas dava condições materiais e hídricas para sua edificação.

Apresentada em setembro de 2019 no Congresso Anual da Sociedade Geológica da América, a pesquisa ganhou repercussão expressiva, sendo citada em 82 veículos científicos e jornalísticos, em mais de 10 línguas e 30 países. Entre os científicos, recebeu manchetes em publicações como as revistas Science, Smithsonian Institute Magazine, Spektrum, Science Alert e Archaeology. Já entre os jornalísticos, ganhou espaço em revistas como a National Geographic, Newsweek e Forbes.



Falhas geológicas teriam dado condições materiais e hídricas para construção da cidade inca

Universidade colorida



Maria Conceição Lopes Fontoura*

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul está comemorando 85 anos. O processo de reunião das faculdades autônomas que já existiam na cidade ocorreu, portanto, 46 anos depois do final do período escravagista. Pessoas pretas ingressaram na UFRGS naquele período para executar tarefas manuais. É o caso de Aristides Timóteo Gonçalves, que me relatou ter trabalhado na construção do Salão de Atos em meados de 1950. Foi construindo, reformando ou cuidando de prédios que pessoas negras ingressaram na UFRGS.

Transcorre o tempo e mais pessoas negras ocupam a UFRGS. O grupo maior é formado por servidores técnico-administrativos. Como exemplo, cito o cantor e compositor Lupicínio Rodrigues, que foi bedel entre 1935 e 1947 na Faculdade de Direito. Segundo informação da intelectual, militante e professora estadual Vera Regina dos Santos Triunfo, o primeiro professor negro da UFRGS foi José Maria Viana Rodrigues. Essa referência consta do Calendário Vultos Negros no Rio Grande do Sul, produzido pela Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul por ocasião do Centenário da Abolição em 1988.

Nesses 85 anos da UFRGS, graduaram-se estudantes negros que se destacaram na sociedade brasileira. É de autoria de afro-gaúchos a pesquisa que levou ao estabelecimento do dia 20 de novembro como a data mais significativa para o povo negro brasileiro. Oliveira Silveira, licenciado em Letras, e Antônio Carlos Côrtes,

bacharel em Direito, ambos diplomados pela UFRGS, são alguns dos partícipes desse feito. O quitandeiro, distribuidor de jornais, carregador e estafeta dos Correios e Telégrafos Alceu de Deus Collares formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito em 1958. Em sua carreira política, desempenhou cargos eletivos de vereador por Porto Alegre, deputado estadual, deputado federal, prefeito de Porto Alegre e governador do estado do Rio Grande do Sul.

A professora doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva foi aluna do Colégio de Aplicação da UFRGS. Licenciou-se no Instituto de Letras. Realizou cursos de pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado no PPG em Educação da UFRGS. Desempenhou a função de conselheira da Câmara de Graduação Superior do Conselho Nacional de Educação e foi relatora do parecer de 2004, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos diferentes níveis de ensino.

Luiza Helena de Bairros bacharelou-se em Administração Pública e Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Foi ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Em 2012, a Presidência da República instituiu o Programa de Ações Afirmativas nas IFES. É ainda em sua atuação à frente da Seppir que a Presidência da República instituiu o sistema de reserva de vagas no serviço público federal.

É de se lastimar que esses vultos não tenham suas fotos no portal da UFRGS na condição de alunos egressos da Universidade. O destaque dado aqui para alunos negros visa evidenciar que, no seio da população afro-gaúcha, existem milhões de pessoas negras detentoras de talentos demandando oportunidades para demonstrá-los.

Cabe o questionamento: como a UFRGS pode incentivar a participação de talentos oriundos da população negra? A implementação do Programa de Ações Afirmativas representa um momento importante nesses 85 anos da UFRGS ao estimular o ingresso de pessoas negras na instituição. Lembrando sempre que integrantes dos movimentos sociais negros e de mulheres negras são os protagonistas na caminhada para a inclusão de Programas de Ações Afirmativas em Instituições Federais de Ensino Superior. Após debates, conversas e acordos, a Decisão n.º 134/2007 do Conselho Universitário oficializou o programa na UFRGS. O Concurso Vestibular de 2008 incluiu a reserva de 30% por cento das vagas do certame para estudantes originários da educação pública brasileira. Do percentual, 15% por cento destinou-se ao alunado autodeclarado negro. Na sequência foram feitos ajustes necessários ao programa.

Ainda ocorrem turbulências na efetivação do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS. A reparação prevista pela iniciativa passa por ataques. Pessoas brancas mentem ao declarar sua cor. Lembrando que, de início, bastava a autodeclaração. A farsa começou a ser desmontada com

a denúncia de estudantes pertencentes ao Movimento Balanta. A organização apontou que cerca de 400 alunos fraudaram a declaração étnico-racial. Espera-se a devida apuração. Para evitar mais fraudes, constituiu-se a Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração Étnico-racial. O trabalho dessa instância visa inibir falcatruas.

Finalizando, relembro que a História da Humanidade demonstra que dez anos representam pouco tempo para evidenciar mudanças de comportamentos. A continuidade e o aperfeiçoamento do Programa de Ações Afirmativas são fundamentais. Ele deve abranger todos os setores da UFRGS e estar presente em todos os cursos de pós-graduação e nos concursos docentes. A presença de pessoas negras e indígenas oxigena a instituição. Suas culturas enriquecem o espaço universitário. Destronam o domínio do norte do mundo. “Suleiam”, seguindo verbete criado por Paulo Freire, patrono da Educação Brasileira. No mês em que se celebra o 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, uma das atividades da comemoração será o registro da presença de pessoas negras na Universidade por meio de fotos feitas no hall de entrada do Salão de Atos. Registros fotográficos evidenciam que, cada vez mais, se está colorindo a UFRGS. Salve lindo caminho sem volta! Vida longa à Universidade Federal do Rio Grande do Sul!

*Técnica em Assuntos Educacionais na FACED

Desafios para o centenário

Helgio Trindade*

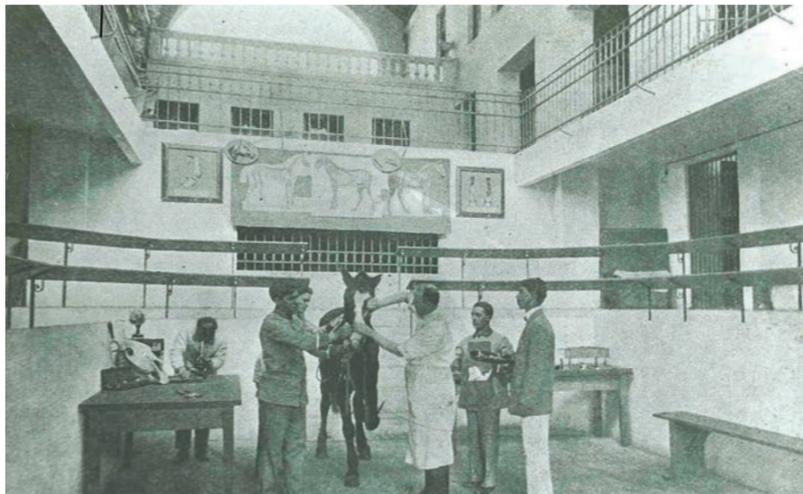
Nessa hora crítica da educação superior brasileira, ao refletir sobre o artigo solicitado pelo JU, dei-me conta de que, apesar dos avanços extraordinários da UFRGS, reconhecida como a melhor dentre os Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), é urgente avaliar nosso presente, seus desafios e dilemas na perspectiva do centenário. Se quisermos comemorá-lo ainda como universidade pública, será importante que essa efeméride seja também um momento de autorreflexão coletiva: resistir é indispensável diante do “Future-se”, mas será preciso, ao mesmo tempo, pensarmos as estratégias para construirmos o futuro. Os riscos de “privatização” estão num horizonte próximo. Cabe à UFRGS assumir a liderança frente a essa proposta porque em seu bojo está embutido o modelo atualmente dominante das “universidades neoliberais de perfil anglo-saxão”.

Recordemos que, se a universidade é uma instituição social, o ideário da Reforma Universitária (RU) de Córdoba (1918), na Argentina, cumpriu o seu papel histórico, transformando radicalmente o sistema universitário argentino e extrapolando as fronteiras nacionais, ao estabelecer o perfil dominante das universidades latino-americanas: o compromisso social com as sociedades do continente.

No Brasil, somente na década de 1960 a UNE descobriu a RU de Córdoba ao manter contato com as federações estudantis argentinas. Adotou seu ideário, trazendo-o para o debate nacional decisivo para lutas do movimento estudantil brasileiro antes do golpe de 1964. Recuperar a criatividade daquelas gerações na conjuntura política e social da Argentina e do Brasil, sem buscar reproduzi-la, seria um tema instigante para repensar os desafios da universidade atual.

Na década de 1990, após as mobilizações das Diretas-já e da elaboração da Constituição Cidadã de 1988, a UFRGS teve a ousadia, com ampla participação da comunidade universitária, de construir um novo Estatuto, revogando o anterior imposto pela ditadura militar. Desse debate coletivo foi elaborado o lapidar artigo 2.º do Estatuto, que refundou a vocação e o novo perfil da nossa Universidade: “A UFRGS, como universidade pública, é expressão da sociedade democrática pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito à diferença e de solidariedade, constituindo-se uma instância necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas”. Esse artigo pétreo está gravado em granito na frente da Reitoria.

Hoje, a luta pela preservação de uma universidade pública, democratizada, qualificada e comprometida com um projeto de país encontra-se novamente numa desafiante encruzilhada, mas cujo norte precisa ser guiado por alguns princípios irrenunciáveis: a construção de uma universidade que busque realizar, de forma permanente, o equilíbrio dinâmico entre qualidade acadêmica, relevância social e equidade social. Sem a combinação virtuosa desses três objetivos, a universidade perderá sua identidade originária e voltará a ser uma “organização complexa”, renunciando a sua condição de “instituição social” capaz de repensar autonomamente seu futuro.



FOTOS: AGENCIA MUSEU DA UFRGS



As fotos acima integram a série publicada pelo JU e pelo Museu da UFRGS em [instagram/jornaldaufrgs](https://www.instagram.com/jornaldaufrgs) para comemorar os 85 anos da Universidade. Nelas, vemos: aula prática no antigo Instituto de Agronomia e Veterinária em 1913; experimento sendo realizado no Centro de Hidrologia Aplicada do Instituto de Pesquisas Hidráulica (IPH) em 1978; aula no Atelier de técnica em composição do Instituto de Artes em 1979; experimento sendo realizado em laboratório da Faculdade de Farmácia em 1986.

Seria impossível, nos limites deste artigo, reconstituir o processo brasileiro de implantação progressiva de um sistema de universidades públicas e gratuitas que foi instituído na década de 1930 no governo Vargas. Quatro décadas depois, a lei universitária de 1968 foi imposta pelo regime militar e ainda permanece em vigor! Certamente as IFES “modernizaram-se”, sem reforma, especialmente com a expansão qualificada da pós-graduação, mas em contrapartida foi estimulado o crescimento descontrolado das instituições privadas frente à demanda legítima de setores excluídos das universidades públicas. Desse processo, resultou um diagnóstico muito preocupante: um sistema de universidades públicas federais, da melhor qualidade acadêmico-científica, que somente na última década dobrou o número de universidades e alunos frente à expansão das instituições privadas, que, com algumas honrosas exceções, são de baixa qualidade e ainda assim controlam 75% da matrícula total. Mais recentemente, o financiamento generoso do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) contribuiu para a melhoria da graduação, mas arrefeceu a capacidade de luta coletiva dos reitores na Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Atualmente, com o grande número de IFES nas capitais e no interior do país, estas têm de se comprometer mais com o desenvolvimento do país, democratizando o acesso de uma forma mais inclusiva. Nossas instituições de ensino superior têm os menores índices de matrícula dentre as universidades latino-americanas. Uma reestruturação da educação superior, em termos nacionais, deveria ter como uma das metas centrais a expansão do sistema público superior para que ele melhor cumpra a sua missão, com qualidade e inclusão social.

Diante das novas políticas do MEC, a UFRGS precisa resistir e liderar a construção de um modelo universitário que possa contribuir para que o país seja capaz de produzir desenvolvimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental. Após mais de cinco décadas da lei universitária de 1968, é urgente repensar uma nova reforma das universidades públicas, retomando a iniciativa política para poder enfrentar as propostas do MEC. Após mais de duas décadas do Estatuto que enterrou o modelo da ditadura militar, a UFRGS, ao comemorar seus 85 anos, tem que ter a coragem de refundar-se, avaliando os avanços atuais e projetando-se para o centenário.

O debate realizado na UFRGS, em reunião ampliada do CONSUN, produziu um consenso importante entre a Reitoria e as representações da comunidade universitária. É preciso avançar mais na organização de novos debates. A Unicamp recentemente realizou uma mega-assembleia universitária com mais de 6.000 participantes e produziu um contundente manifesto.

Resistir, sim, mas é preciso ir além, rumo ao centenário.

*Professor emérito e reitor da UFRGS entre 1992 e 1996



Relatos de atendimento hostil

Maternidade *Parturientes contam como a desinformação sobre direitos das mulheres e a falta de atualização de profissionais podem resultar em partos traumáticos*

“Eles não deixaram meu companheiro olhar para minha vagina enquanto nossa filha nascia. Estouraram a bolsa para acelerar o parto e não me deixaram comer. Tive que parir em posição ginecológica, porque não me deixaram mudar de posição. Eles que direcionaram os puxos, e depois que a minha filha nasceu, eu só ouvi a residente dizendo que adorou fazer minha episiotomia.” O desabafo é da autônoma Denise Monteiro, moradora da Região Metropolitana de Porto Alegre. A maioria dos partos vaginais no Brasil é sinônimo de sofrimento para a mulher, segundo Roberta Calábria, doula e ativista integrante do projeto Parto do Princípio. “Os relatos que você ouviu são histórias de violências, não de partos. É por isso que muitas mulheres, as que podem pagar, são conduzidas massivamente para a cesárea em casos desnecessários. Enquanto isso, no SUS, mulheres marginalizadas com gravidezes complicadas morrem por negligência. Mas parto não é só dor. Um parto bem feito é potência, é transformação”, argumenta.

Na segunda gravidez, Denise teve o que Roberta chama de assistência humanizada. “Algumas pessoas pensam que parto humanizado é ter o bebê em casa, na água. Não é isso. Assistência humanizada, como eu prefiro chamar, é uma cesárea bem indicada, um parto vaginal no hospital bem feito, com respeito à mulher e ao bebê. Nosso papel como doulas é também levar as mães no momento certo para a maternidade, ajudar no alívio não medicamentoso das dores”, conta. O parto da segunda filha da autônoma foi tranquilo. “Como eu estava mais preparada, lidei com as dores de maneira confortável.

Eu não senti medo, foi super-humanizado. O ambiente era calmo, pude escolher a forma de parir, e o médico fazia massagem na minha lombar para aliviar a dor. Ligaram uma playlist com músicas instrumentais, e o quarto era quente. Ninguém me mandou fazer nada”, lembra Denise.

Autonomia – Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), as boas práticas para o parto seguro incluem todas as ações, respaldadas cientificamente, que proporcionem dignidade à mulher e ao bebê. Os profissionais da saúde devem respeitar o tempo de cada parto e as vontades da parturiente e não realizar procedimento desnecessário sem o consentimento dela, como aplicar ocitocina para acelerar o processo e praticar a episiotomia (corte na região do perineo) sem indicação clínica. Ainda de acordo com a OMS, as mulheres saudáveis podem se alimentar e escolher a posição em que se sentem mais confortáveis para dar à luz. Além disso, é garantido pela Lei 11.108, de 2005, o direito de a mulher escolher quem vai acompanhá-la. “Infelizmente essa lei ainda é muito desrespeitada no Brasil. Nosso papel como doulas também é conscientizar as mulheres de seus direitos”, ressalta Roberta.

Em setembro deste ano, o Conselho Federal de Medicina (CFM) emitiu um despacho que pode comprometer a autonomia das parturientes. O documento afirma que a vontade da mulher pode caracterizar “abuso de direito” em relação ao feto, no caso de recusa terapêutica. O Ministério Público Federal recomendou que o Conselho revogue a cláusula do artigo 5.º por “representar

contrariedade à Ética Médica, ao Código Penal, à Constituição brasileira e às recomendações da OMS. Na recomendação, o MPP afirma que “tais regras esvaziam integralmente a autonomia das parturientes sobre seu próprio corpo, afastando suas escolhas e decisões quanto ao nascimento de seus filhos. De igual modo, conferem ao médico, de forma ilegítima e antijurídica, uma liberdade de atuação profissional ilimitada durante a assistência ao parto, independentemente do grau de risco a que se submetem mãe e feto, seja ele baixo, médio ou alto”. Já o CFM justifica que o feto também é um paciente. Em nota, alega que “não identifica inconstitucionalidade em considerar abuso de poder a recusa terapêutica materna em realizar um procedimento que afastará o perigo à vida do filho”. Quanto à expressão “violência obstétrica”, o Ministério da Saúde já havia classificado como inadequada por considerar que “o profissional de saúde não tem a intencionalidade de prejudicar ou causar dano”.

O presidente do Sindicato Médico do RS (Simers), Marcelo Mathias, apoia esse entendimento do ministério. Segundo ele, em seus 30 anos de atuação na área, não presenciou qualquer profissional “produzir dolo ou lesão a alguém”. Para Marcelo, a autonomia da parturiente “acaba quando existe risco para ela ou para o bebê”. Por outro lado, atribui à estrutura deficitária do SUS a falta de condições para a realização de partos mais humanizados: “O sistema todo está interferindo na autonomia médica”, interpreta. Buscando contribuir com o tema, Marcelo comenta que está em tramitação na câmara de vereadores de Pelotas

projeto de lei encaminhado pelo Simers que dispõe sobre medidas de proteção à gravidez, ao parto, ao abortamento e ao puerpério, proposta que o sindicato vem articulando em outras instâncias.

Momento certo – A estudante de História Isabella Horst relata que passou a gestação inteira se preparando para realizar um parto natural. “Hoje consigo ver as violências pelas quais passei. Eu, que não queria cesárea, comecei a implorar por uma”, conta. Segundo ela, a violência teve início no pré-natal. “A médica fazia exame de toque sempre, sendo que meu bebê estava saudável, e descolou minha membrana sem o meu consentimento. Avisou só quando já estava fazendo e disse que era para dar uma acelerada no parto.”

A professora e coordenadora do curso de especialização em enfermagem obstétrica da UFRGS, Virginia Moretto, garante que o exame de toque durante o pré-natal só deve ser feito com indicação clínica e que o desrespeito à gestante é muito abrangente. “Parece rotina nas instituições. A violência é também a desatualização das tecnologias e dos profissionais. Se o médico não informa os benefícios do parto normal na hora de oferecer uma cesárea eletiva, é violência. Se o profissional não permite o contato do bebê saudável com a mãe na primeira hora do pós-parto, é violência, porque é um momento importante para a amamentação. Se ele realiza qualquer procedimento sem avisar a mulher, ele está sendo violento”, enfatiza.

Isabella lembra que, tão logo foi constatado que estava com a bolsa rota (quando a bolsa se

rompe parcialmente, deixando o útero exposto), os médicos induziram o parto sem lhe perguntar nada. “Eles já começaram colocando um comprimido de misoprostol, mas eu não estava em trabalho de parto, não tinha dor.” Depois do terceiro comprimido, ela passou a sentir dores “excruciantes”, mas a dilatação não aumentou. “Eles me colocaram numa sala e me esqueceram. Eu implorava para alguém me ajudar, não conseguia ir ao banheiro, queria tomar um banho. Eles ignoravam todos os meus pedidos, não me ajudavam a fazer nenhum exercício”. Depois de 12 horas, a estudante estava exausta. “Eu simplesmente não tinha mais força. Concordei com uma bolsa de ocitocina junto com analgesia. Mas, quando a bolsa acabou, eles aplicaram mais duas, sem analgesia e sem a minha autorização. Eu verbalizei que não queria, mas não adiantou”.

Virgínia, que é presidente da Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras do Rio Grande do Sul, explica que a ocitocina é utilizada quando não há evolução no trabalho de parto, mas ressalta que “geralmente a ocitocina é aplicada para corrigir intervenções que atrapalharam no trabalho de parto. Se a mulher não come, se ela é impedida de se movimentar, de tomar um banho quente, há interferência negativa no processo”. Isabella ainda ficou mais 12 horas sofrendo. Após a terceira bolsa de ocitocina, ela relata que urinou e vomitou por conta das contrações. “Ninguém trocou os lençóis.”

Bárbara Lima,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Histórias que se cruzam



FLAVIO DUTRA/JU

Alfredo Gui Ferreira Receber o primeiro diploma de mestre pelo PPG da Botânica – e somar 31 anos de docência – faz da trajetória de Alfredo um registro histórico da própria instituição

Seja caminhando pelo Câmpus do Vale, mostrando o prédio do Instituto de Biociências, onde estudou e depois trabalhou durante 31 anos, ou cumprimentando antigos colegas, Alfredo Gui Ferreira demonstra ser íntimo daquele espaço como se fosse a sua segunda casa. Mas seus olhos ficam marejados quando pergunto sobre o PPG da Botânica. “A maior parte da minha vida profissional e estudantil eu fiz aqui na Botânica. Sempre me envolvi muito com aquilo que eu estava fazendo”, relembra.

Essa ligação coincide com a criação do próprio PPG, pois Alfredo foi o primeiro aluno a concluir o mestrado. Para defender

sua dissertação, entretanto, precisou esperar pelo reconhecimento do curso – que ocorreu em 1970, com a Reforma Universitária. “Eu até já estava com a dissertação pronta e, assim que houve o reconhecimento do MEC, eu fiz minha apresentação e me tornei mestre”, recorda. Antes de concluir essa etapa, auxiliava em aulas práticas na Universidade, mas assume que seu maior desejo era seguir na área da pesquisa. “No departamento de Botânica, sabia que pra progredir eu tinha que me especializar, porque estava uma onda toda no Brasil pra isso”, conta.

A paixão pela natureza começou ainda na escola, no ensino médio, quando assistiu a uma aula em que o professor estava tão empolgado que ele próprio se contagiou com o tema. Natural de Porto Alegre, Alfredo confessa que nunca foi bom aluno. “Eu não era um aluno brilhante, mas se me convidassem para jogar bola eu estava sempre disposto”, ri. Mesmo assim, passou no vestibular da UFRGS na primeira tentativa e ingressou em História Natural em 1961. Conta que se tornou professor porque gostava de lecionar, mas que a sua curiosidade o levou para a área da pesquisa. “Eu não aceitava coisas prontas. Eu pensava: ‘Isso não pode ser bem assim’, então eu ia atrás verificar”, lembra.

O docente ressalta que sua relação com o meio ambiente é muito forte, prova disso é que comprou um terreno em Viamão, com cerca de um hectare, para transformar em uma reserva ecológica. “Lá é cercado, evitando-se entrada de gado, e as árvores são em sua

maioria nativas da região. Vou quase todos os finais de semana para lá”, conta.

Envolvido com as causas ambientalistas, o professor é sócio fundador da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), mas acabou se afastando dessas lutas devido ao trabalho. “Com as minhas saídas, eu me desliguei desse movimento. Até porque, a vida profissional é muito intensa; pesquisa e orientação tomam tempo e energia”, justifica. Mas agora, aposentado, ele retomou suas atividades na Associação: “Eu encontrei um amigo da Agapan que me convidou para voltar. Então eu fui para uma reunião que era de eleição, e me elegeram presidente”, conta sorridente. Além disso, também é membro do Conselho Editorial da Acta Botanica Brasilica: “Na revista, eu fui o primeiro redator. Fiz todo o trabalho de encaminhamento para lançar o periódico, e essas coisas me marcaram bastante”, complementa.

Em sala de aula, comenta que era duro com os alunos, cobrava bastante, mas diz que sempre foi justo: “Hoje muitos deles vêm me agradecer pelos puxões”. Revela ter uma afinidade maior com a pós-graduação, pois os estudantes eram mais experientes. “Às vezes eu ficava constrangido, porque os alunos me procuravam mesmo tendo orientador. Eu sugeria algumas coisas, mudanças. Vários fizeram isso, e eu nunca me neguei a ajudar”, ilustra. “No meu laboratório sempre tinha três ou quatro alunos. Faltava espaço. E ainda havia fila de espera. Felizmente foi assim que eu tive a oportunidade

de orientar estudantes que estão espalhados pelo Brasil”, completa. Entretanto, havia desafios, o maior deles, segundo o professor, “era conseguir verbas para os projetos; a área em que eu estava precisava de muito equipamento”, relata.

Com 46 anos de pesquisa, Alfredo coleciona as homenagens que recebeu ao longo de sua carreira. Na estante da sala de sua casa, ele expõe com orgulho a honraria com a qual foi agraciado por ocasião dos 40 anos do Programa de Pós-graduação da Botânica, um ano antes de se desligar completamente da Universidade, em 2009. No entanto, o reconhecimento que mais o marcou é ter um laboratório com o seu nome na Unb, onde lecionou de 2000 a 2001. “Uma aluna fundou o Laboratório Professor Alfredo Gui Ferreira”, conta feliz. “Foi muito emocionante. São essas coisas que premiam a atividade profissional, o reconhecimento”, completa.

Retorno – A aposentadoria administrativa ocorreu em 2003, mas o professor não conseguiu se desligar da Universidade e continuou na Pós-graduação como voluntário. Mas, devido a um problema de saúde, em 2010, Alfredo se afastou completamente da academia. “Recolhi minhas coisas, até porque tinham novos professores contratados sem lugar, e eu sou só convidado, não poderia ficar usando uma sala”, recorda.

Mesmo tendo a possibilidade de dividir uma sala com outro docente, Alfredo não aceitou continuar orientando os pós-graduandos. Para ele, é preciso renovar, inserir novos pensamentos dentro

da academia, e ele admite que já estava desatualizado. “Tu fica mais velho, mas os alunos têm sempre a mesma idade. A gente precisa se reciclar”, enfatiza. Depois de tantos anos na área da pesquisa e dentro de sala de aula, diz sentir-se realizado profissionalmente. “Já não estou na linha de frente, eu venci. Eu me realizei, foi uma coisa muito boa ter pertencido à Universidade”, revela.

Preocupação atual – Ainda que afastado das atividades acadêmicas, o professor acompanha preocupado a situação atual da educação e lastima a falta de incentivo ao ensino superior. “Eu acho que não é esse o caminho. A educação é fundamental para uma nação, pois, sem ela, não se consegue desenvolvimento e plenitude”. Para o docente, uma das situações que comprova esse atual descaso com a formação superior é o fato de os alunos estarem indo estudar no exterior. “Os maiores cérebros vão para fora do Brasil. Isso é bom para o estudante, mas ruim para o país”.

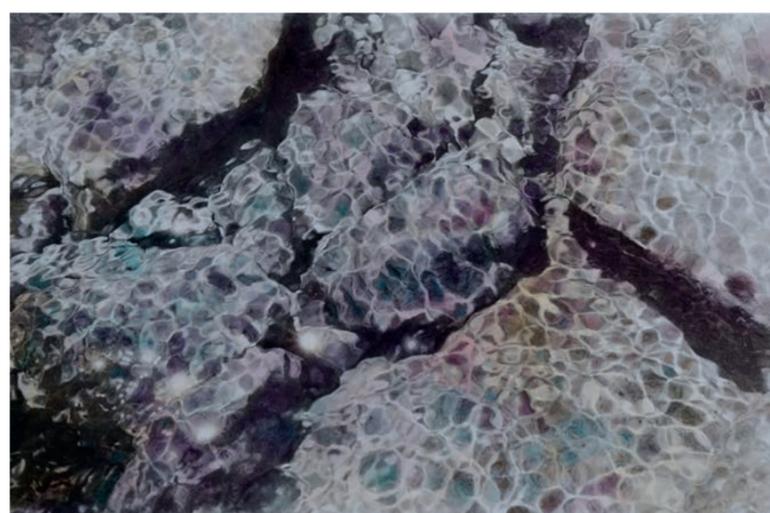
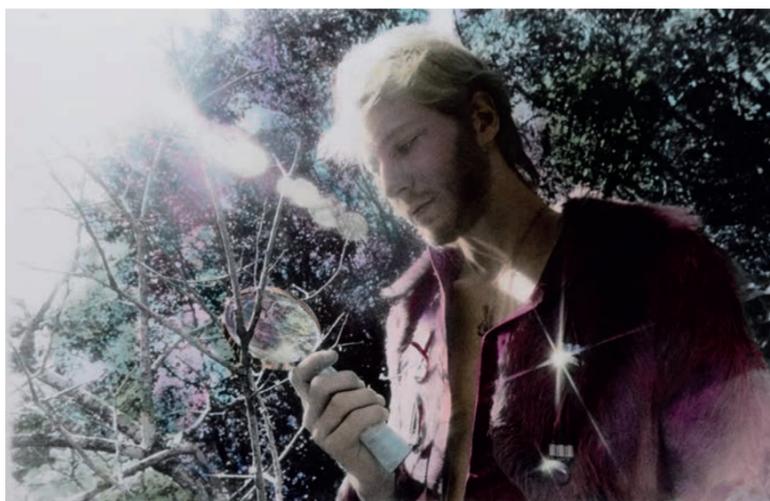
O professor conta que construiu sua carreira acadêmica viajando para diversas partes do Brasil e do mundo, o que lhe deu muita experiência. Foi professor convidado da Universidade de Brasília e visitante na Universidade Federal de São Carlos. Fez intercâmbio na Inglaterra e pós-doutorado nos Estados Unidos. “Nunca fui de esquentar banco”, ri.

Karoline Costa,
estudante do 4.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Todos esses novos adoradores do SOL

FOTOGRAFIA E TEXTO ROCHELE ZANDAVALLI
COLABORAÇÃO/PERFORMANCE ANGELO BONINI



Ao experimentar nova postura perceptiva, um ser busca unir-se ao sagrado universal presente na natureza. Após cruzar sem receios pelo portal em que todos os limites se diluem, suas impressões se fundem, as hierarquias e convicções inexistem e a sensação de pertencimento o preenche. Em seu viés performático e ficcional, essa série é uma alegoria neopaganista do retorno à natureza, após um período de enfraquecimento do espírito transtornado pelo artifício. As tensões entre efêmero e eterno, simulacro e experiência, desejo e consumo, vida e morte são as forças aqui envolvidas.

Na captação de imagens da natureza, há uma inevitável ruptura com o referente: ele continua vivo e irá, aos poucos, perecer, mas na fotografia ele permanecerá pausado. Nela o referente precisou morrer para se eternizar, para encontrar a durabilidade no artificial. Essas imagens enfatizam, assim, a passagem do tempo, a fragilidade da vida. A categoria vanitas, relacionada à natureza-morta, é explorada na abordagem escolhida. A fotografia e a arte, assim como toda a cultura, são construções que pretendem consolar-nos poeticamente, buscando uma representação eterna diante da iminência da morte e do desaparecimento.

No recorte escolhido para este ensaio, por meio da metáfora da lupa, um dispositivo artificial de aproximação com o entorno, um homem se reaproxima do natural. A lupa funciona aqui como uma metalinguagem do ato fotográfico e do processo de filtragem como etapa necessária a esse despertar. É quase contraditório, mas o aparato óptico aprimora a observação e passa a ser um instrumento de religação com o universo. Este projeto inclui, em seu conjunto, um minimetragem em cinema superoito, um fotolivro com tiragem de 30 exemplares, 15 fotografias colorizadas à mão com aquarelas e outras imagens em preto e branco.

As fotos deste Ensaio integram a exposição Nosso lugar ao Sol, que abre ao público no dia 28 de novembro, no Centro Cultural da UFRGS, com a curadoria de Paula Ramos.

ROCHELE ZANDAVALLI É ARTISTA VISUAL, COM BACHARELADO E MESTRADO EM ARTES VISUAIS PELO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS, FOTÓGRAFA DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA UFRGS E PROFESSORA NOS CURSOS DE FOTOGRAFIA E DE CINEMA E REALIZAÇÃO AUDIOVISUAL NA UNISINOS.